

VERIFICAÇÃO EMPÍRICA SOBRE O INTERVENCIONISMO ESTATAL E LIBERDADE ECONÔMICA

EMPIRICAL VERIFICATION ON STATE INTERVENTION AND ECONOMIC FREEDOM

Luan Vinicius Bernardelli ¹
Gustavo Henrique Leite de Castro²

Resumo: O presente trabalho possui como finalidade contribuir para as discussões acerca da intervenção do Estado na economia, com ênfase sobre a política fiscal e seus respectivos efeitos sobre a liberdade econômica. Pautando-se no Brasil, a pesquisa forneceu inicialmente uma breve retrospectiva histórica do intervencionismo estatal no país e através de uma análise do Índice de Liberdade Econômica, desenvolvido pela Fundação Heritage, analisou o comportamento da liberdade econômica no país dentre os anos de 1995 a 2016. Após estas análises iniciais, notou-se que dentre os diversos fatores que este indicador considera, a Liberdade Fiscal apresentou redução mais significativa nos últimos anos, isto é, o país apresenta um contínuo aumento na carga tributária e isso afeta diretamente a liberdade econômica de seus agentes. Assim, com o objetivo de avaliar o impacto das receitas do governo sobre o declínio do Índice de Liberdade Econômica dentre os anos de 1999 a 2015, foi aplicada uma análise de regressão linear por meio dos Métodos dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Palavras-chave: Liberdade Econômica, Intervencionismo, Brasil, Liberdade fiscal.

¹ Doutorando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Endereço eletrônico: luanviniciusbernardelli@gmail.com.

² Mestrando em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Endereço eletrônico: castro.guh@gmail.com.

Abstract: The present work aims to contribute to the discussions about the intervention of the State in the economy, with emphasis on fiscal policy and its respective effects on economic freedom. Based in Brazil, the research initially provided a brief historical retrospective of state interventionism in the country and through an analysis of the Index of Economic Freedom, developed by the Heritage Foundation, analyzed the behavior of economic freedom in the country from 1995 to 2016. After these initial analyzes, it was noted that among the several factors that this indicator considers, the Fiscal Freedom presented a more significant reduction in recent years, that is, the country presents a continuous increase in the tax burden and this directly affects the economic freedom of Their agents. Thus, in order to evaluate the impact of government revenues on the decline of the Economic Freedom Index between 1999 and 2015, a linear regression analysis was applied using the Ordinary Least Squares (OLS) methods.

Keywords: Economic Freedom, Interventional, Brazil, Fiscal Freedom.

Resumen: El presente trabajo tiene el propósito de contribuir al debate sobre la intervención estatal en la economía, con énfasis en la política tributaria y sus efectos sobre la libertad económica. Basada en Brasil, la investigación inicialmente proporcionó una breve reseña histórica del intervencionismo estatal en el país y mediante un análisis del Índice de Libertad Económica, desarrollado por la Heritage Foundation, analizó el comportamiento de la libertad económica en el país a partir de los años 1995 -2016. Después de estas pruebas iniciales, se observó que entre los muchos factores que este indicador considera la Libertad Tributaria presentó una reducción más significativa en los últimos años, es decir, el país presenta un continuo aumento de la carga tributaria y esto afecta directamente a la libertad económica de sus agentes. Así, con el fin de evaluar el impacto de los ingresos del gobierno sobre la disminución en el Índice de Libertad Económica de los años 1999-2015 se aplicó un análisis de regresión lineal utilizando el modelo para el modelo cuadrático medio (MSM).

Palabras clave: Libertad Económica, Intervencionista, Brasil, Libertad Fiscal.

1 Introdução

O cenário mundial sofreu significativas transformações ao longo dos anos e essas enriquecem o debate acerca da natureza e o tipo de intervenção. No entanto, esta ampla discussão contribui com diversas reflexões sobre a temática da intervenção estatal. Assim, é indiscutível que

não há um consenso sobre limites do Estado como agente interventor na economia, mas a ocorrência de sucessíveis crises econômicas aliadas ao constante aumento das intervenções econômicas exige um aprofundamento deste estudo. Acrescenta-se, ainda, a complexidade do atual sistema econômico que dificulta o entendimento dos acontecimentos em tempo real.

Com isso, destaca-se que é necessário analisar os efeitos da atuação do Estado na economia, isto é, até que ponto as ações governamentais contribuem para o aprimoramento do país? Existe um limite ideal para ações do Estado? Qual é o comportamento histórico observado no Brasil?

Assim, o objetivo geral desta investigação é analisar historicamente os efeitos das intervenções estatais no país, prestando ênfase nas atuações do Estado e realizando uma análise sobre a política fiscal e seus respectivos efeitos sobre a liberdade econômica, bem como nas principais teorias sobre esta temática.

Com esta finalidade, desenvolveu-se uma análise utilizando o Índice de Liberdade Econômica da Fundação Heritage, trata-se de uma instituição educacional que possui como missão reformular e promover a prática de políticas públicas baseadas nos princípios da livre iniciativa, governo limitado e uma forte defesa nacional (HERITAGE FOUNDATION, 2016).

A fim de verificar o fator com maior relevância para as oscilações deste indicador, desenvolveu-se um modelo de regressão linear que avalia a influência das receitas do governo no Índice de Liberdade Econômica. Esta análise foi realizada com base em uma série de dados anual extraídas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Fundação Heritage.

Esta investigação encontra-se dividida em sete seções: a primeira seção inicia-se como uma introdução; a segunda se ateve em realizar um levantamento sobre o histórico intervencionista do Brasil; a terceira analisou e comparou a política fiscal através do resultado primário e da carga tributária, a quarta se ateve em verificar o impacto da carga tributária no índice de liberdade econômica correlacionando com o atual contexto econômico, a quinta descreve os procedimentos metodológicos utilizados, a sexta apresenta os resultados da regressão e, por fim, a sétima está às considerações finais.

2 Retrospectiva da Intervenção Estatal no Brasil de 1889 a 2008

Com a finalidade de analisar a característica do governo brasileiro nos últimos anos, esta seção apresentará algumas passagens pertinentes que retratam o histórico intervencionista do país.

2.1 Primeira República (1889-1920)

Ao findar-se a escravidão e com a difusão do trabalho assalariado, houve perspectivas extremamente positivas sobre os rumos do país nos últimos anos de império, mas veriam posteriormente um período de profundas mudanças (FRANCO E LAGO, 2011). De acordo com Abreu (1990) esse período foi marcado ao fim da escravatura e a maciça entrada de imigrantes ao longo da década de 1890.

O centro das movimentações econômicas baseava-se quase que unicamente no café e as perspectivas para este produto eram excelentes; preço, produção e produtividade cresciam e até mesmo a indústria durável se mostrava promissora. Porém, fazia-se necessário uma renovação econômica significativa, devido às alterações estruturais ocorridas (FRANCO E LAGO, 2011). Diante das necessidades de uma nova condução econômica que se adaptasse a esta nova realidade, surgem linhas doutrinárias com o intuito de sugerir alterações econômicas.

Abreu (1992) fundamenta que a década de 1890 foi memorável com os debates entre metalistas e papelistas em torno das orientações macroeconômicas. Nos primeiros anos destinou-se esta função por meio do ministro da Fazenda Rui Barbosa, um campeão papalista de indisputável talento.

A crise cambial em 1891 deu impulso à derrocada de políticas monetárias contracionistas e afetou tremendamente os bancos e as finanças públicas. A euforia transformou-se em pânico e as dificuldades com os grandes bancos se tornaram prioridade destacada para o novo ministro da Fazenda de Floriano Peixoto. Foi proposto pela primeira vez, no começo de 1892, um plano de clara coloração deflacionista de “encampação” do papel-moeda bancário, que, na verdade, era um plano para evitar a derrocada do

sistema bancário e seu posterior saneamento. Não há dúvida de que a jovem República, depois de uma crise cambial, estava prestes a presenciar uma crise bancária antes de completar seu terceiro ano (FRANCO E LAGO, 2011).

Portanto, os desequilíbrios políticos claramente foram refletidos em desequilíbrios macroeconômicos. Rodrigo Alves se afasta em agosto 1992 e assim, afasta-se a opção conservadora e perdurou. Neste sentido, verifica-se que neste período já havia fortes movimentações do Estado em busca de um aprimoramento econômico.

2.2 Novos desafios: a década de 1920 e a Grande Depressão

A crise econômica mundial, estabelecida no final da década de 1920 proporcionou aos economistas de todo o mundo o desafio de lidar com um acontecimento teoricamente inexplicável, a Grande Depressão. A teoria econômica até então vigente firmava-se na concepção da autorregulação do mercado, isto é, a não intervenção do Estado. Contudo, ressalta-se um longo período recessivo sem sinais de melhorias, apesar dos salários nominais terem despencado no início da década de 1930. O desemprego também foi crescente nos primeiros anos, e atingiu o pico de 25% no ano de 1933, ou seja, um quarto da força de trabalho não conseguia emprego mesmo aceitando regulações do mercado (LOPES E VASCONCELLOS, 2014).

Neste cenário, a crise de 1930 é notoriamente o período da disseminação do intervencionismo, ela se alastrou rapidamente por todo o mundo e chegou ao Brasil por meio de uma rápida queda na demanda do café e dos preços (GREMAUND, 2005).

Logo, criou-se espaço para o surgimento de uma nova teoria que fosse capaz de explicar e propor soluções aos acontecimentos econômicos da época. Depois do início da grande depressão, muitos economistas avaliam a necessidade de um novo modelo que explicasse um declínio econômico tão grande e repentino da economia e possivelmente sugerir políticas governamentais que pudessem reduzir as dificuldades econômicas.

Portanto, o ambiente macroeconômico proporcionou condições para o surgimento de novas explicações como a do economista britânico John

Maynard Keynes em 1936, que revolucionou a economia quando propôs uma nova forma de análise, pois afirmava que uma demanda agregada baixa é responsável pela redução da renda e pelo desemprego elevado que caracterizam declínios econômicos. A partir deste ponto, começaram a ganhar vulto às ideias que viam o problema da depressão como insuficiência de demanda agregada. Mudava-se o foco da análise, saindo dos fatores de produção e passando à análise da demanda agregada (MANKIWI, 2015).

Keynes surgiu com diversas críticas ao modelo vigente e por meio delas justificou a intervenção do Estado. Ele desenvolveu suas ideias no chamado Princípio da Demanda Efetiva como base para determinação do produto e da renda. Rompeu a ideologia da passividade da demanda e automatismo de sua equação à oferta através desses argumentos, ele defendeu a intervenção do Estado na economia em prol de regulações nos desequilíbrios dos mercados. Para estabilizar a economia, Keynes propôs uma atuação mais efetiva do Estado, tanto por meio de gastos públicos, que compensassem a falta de demanda privada, quanto pelo direcionamento e incentivos aos investimentos, via redução de carga tributária (LOPES E VASCONCELLOS, 2014). Tais ações seriam responsáveis por um aumento do produto e do emprego e estimulariam a economia direta e indiretamente, porque aumentariam a renda e, por conseguinte, os dispêndios dos consumidores (FROYEN, 2003).

As de Keynes, juntamente com a instabilidade econômica, proporcionaram bases para que houvesse a intervenção econômica de forma pontual. Dentre as propostas oferecidas pela teoria, destacam-se: os mecanismos de proteção social – seguro desemprego, assistência social etc. – cujas transferências tenderiam a crescer com o aumento do desemprego, colaborando para manter o consumo elevado. Os mecanismos formulados pelo autor são: política fiscal e política monetária, dentre outros (LOPES e VASCONCELLOS, 2014). É importante destacar que os instrumentos de políticas fiscais podem ser utilizados de várias formas, como por exemplo, visando eliminar os efeitos das mudanças indesejáveis na demanda privada por investimento (FROYEN, 2003). Outra forma de intervenção do Estado na economia pode se dar por meio de política monetária, que se refere à atuação do governo sobre a quantidade de moeda

e título públicos existentes na economia. Por meio desses dois mecanismos, como visto anteriormente, o governo pode intervir com a finalidade de corrigir as falhas de mercado (VASCONCELLOS E GARCIA, 2014).

2.3 Crises do século XXI: novas soluções para antigos desafios

Outros episódios ajudaram a criar uma cultura intervencionista no Brasil, os problemas são os mesmos, inflação alta, pífio crescimento, problemas na regulação cambial, mas o difícil mesmo é apontar um governo que foi unicamente pautado nos fundamentos ortodoxos da autorregulação. Em 2003, por exemplo, o Brasil sofreu um processo de ruptura de ideologia econômica, com a posse do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, houve dois significados importantes, primeiramente em termos político-ideológicos que representou a ascensão da esquerda ao poder e, em segundo lugar, a perspectiva de um governo que serviria como um teste importante para a economia brasileira.

O mercado parecia entender que o compromisso com a estabilidade e austeridade era do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a desconfiança internacional ocorreu ao longo da campanha eleitoral, onde se verificava a possibilidade de um novo governo assumir o poder e não ter compromisso com a austeridade econômica (GIAMBIAGI, 2011).

Realmente, as propostas apresentadas por Lula visavam um maior bem-estar social e criticavam algumas imposições feitas pelo FMI. Porém, o PT acelerou o processo de mudanças durante 2002. Os problemas econômicos de 2002 refletiam uma crise de desconfiança associada às incertezas em torno do que ocorreria com a política econômica a partir de 2003. Os índices econômicos certamente foram influenciados pelas incertezas do mercado e as ações do governo, mesmo que tardiamente, contribuíram para amenizar tais efeitos (GIAMBIAGI, 2011).

O exemplo mais recente de intervenção estatal é o da crise internacional de 2007, denominada por muitos autores como crise do *subprime*, que gerou um forte desequilíbrio externo e demandou rápido respaldo das autoridades econômicas. A crise foi gerada pelo mercado

americano de hipotecas, teve grande repercussão sobre a economia americana e depois sobre a economia mundial. Contudo, os impactos na economia mundial só puderam ser percebidos em 2008, no seu momento mais crítico, a partir da quebra do banco americano Lehman Brothers. Após esse episódio, a crise passou a ser de natureza global, tendo reflexos sobre a economia brasileira. Neste sentido, fica evidente que o Estado se utilizou das bases oferecidas por Keynes para atuar de forma cíclica na economia (MOREIRA e SOARES, 2010).

Com o objetivo em dar continuidade a esta investigação, a seção seguinte realiza uma análise macroeconômica do Brasil na atual crise econômica política. Para tanto, seguir-se-á a máxima de Max Weber de que "(...) nós economistas temos o hábito pedante, a que me agradaria permanecer fiel, de partir sempre do exame das condições externas do problema (...)"³ Nesse sentido, a próxima seção dará ênfase ao grau de participação do Estado na economia via política fiscal.

3 Política Fiscal no Brasil: a excessiva busca por superávits primários

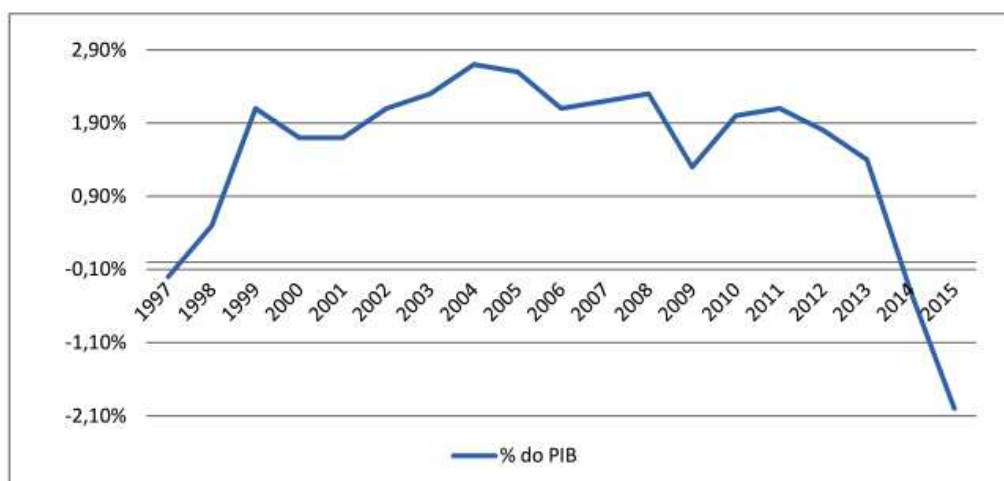
A política econômica considera a atuação do governo sobre a capacidade produtiva (oferta agregada) e as despesas planejadas (demanda agregada) e tem como finalidade obter a economia operando em pleno emprego. As principais ferramentas para atingir tal objetivo são as políticas fiscais, monetárias, cambiais e comerciais (VASCONCELLOS e GARCIA, 2014). Contudo, verifica-se que nos últimos anos foi desenvolvido um modelo ineficiente de intervenção via política fiscal, pois houve a formulação de um modelo de gestão baseado na geração de superávits primários e, conseqüentemente, isso acarretou maior rigidez às metas fiscais (ALMEIDA, 2014).

Assim, o conceito de resultado primário de acordo com Lopes e Vasconcellos (2014) refere-se à diferença entre as receitas não financeiras e os pagamentos não financeiros, evidenciando efetivamente a condução da política fiscal do governo, apurando somente a arrecadação de impostos e os gastos correntes e de investimento, excluindo-se assim os efeitos das

³ WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. 10.ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 2000.p.17.

variações nas taxas de juros do resultado primário. Caso as receitas não financeiras forem superiores às despesas não financeiras tem-se superávit primário, caso contrário, tem-se déficit primário. O gráfico 1 demonstra o resultado primário em relação ao PIB de 1997 a 2015, o qual é possível observar que de 1998 a 2004 o resultado primário foi superavitário e ascendente, entretanto a partir de 2004 a 2013 o resultado primário é superavitário, mas decrescentes. Porém, após dezesseis anos seguidos de superávits, os resultados primários dos anos de 2014 e 2015 foram deficitários, atingindo a maior variação negativa (-2,0%) no último ano analisado (2015). O gráfico 1 retrata esta análise.

Gráfico 1. Resultado primário em relação ao PIB de 1997 a 2015



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Tesouro Nacional (2016)

Entretanto, as consequências destes modelos apontam que o superávit primário assumiu a função de instrumento de ajuste fiscal, via manipulação da carga tributária, garantindo-lhes a estabilidade fiscal no longo prazo em detrimento do crescimento econômico (ALMEIDA, 2014). Com isso, observa-se claramente a necessidade da compreensão sobre as possíveis consequências das intervenções governamentais. O aparelho fiscal passa a mostrar sinais de desgaste e esgotamento à medida que a rígida política fiscal estreita o espaço para a expansão do investimento público, engessando o crescimento econômico. Isto ressalta a incumbência do Estado em tomar certas medidas

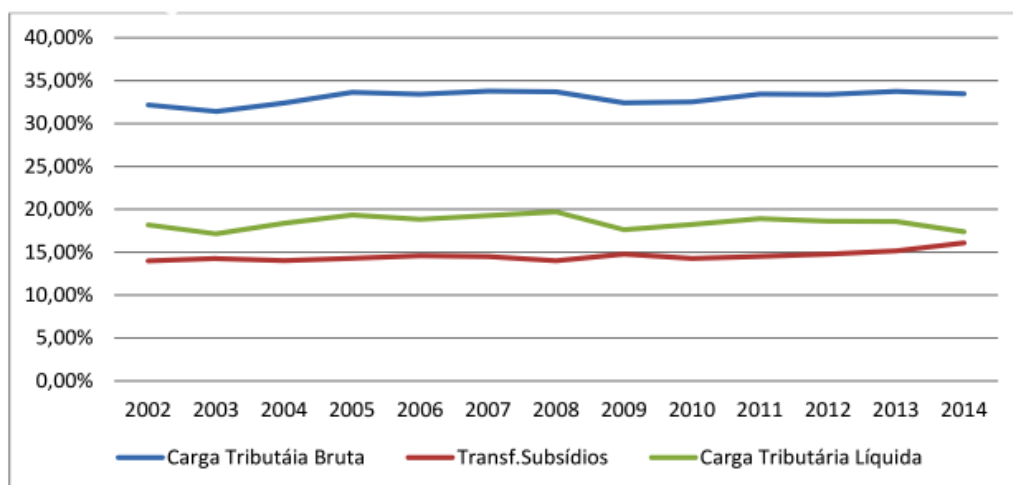
no sentido de reavaliar a estrutura intervencionista atual e desenvolver novos modelos em prol de melhorias deste sistema (ALMEIDA, 2014).

No entanto, o governo posiciona-se de forma defensiva e se recusa a buscar novos modelos devido às incertezas. Assim, o crescimento econômico é impedido por duas limitações do modelo de gestão: a carga tributária e as receitas vinculadas (recursos primários atrelados, constitucionalmente, a uma finalidade específica) (LOPREATO, 2002).

Segundo Lopes e Vasconcellos (2014), a carga tributária bruta representa o total de impostos arrecadados no país. Subtraindo as transferências governamentais (juros da dívida pública, subsídios e gastos com assistências e previdência social) tem-se a carga tributária líquida e é com base nela que o governo pode financiar seus gastos correntes.

Com base no gráfico 2 é possível observar o aumento da carga tributária bruta, bem como o aumento das transferências e subsídios entre os anos de 2002 a 2014 e, conseqüentemente, uma redução da carga tributária líquida entre os períodos analisados, diminuindo a capacidade do governo em financiar seus gastos através das políticas fiscais. Outro ponto em destaque é a proximidade entre a carga tributária líquida e as transferências e subsídios em 2014, uma diferença de 1,31%, conforme ilustrado no gráfico 2.

Gráfico 2. Carga tributária em relação ao PIB (%) de 2002 a 2014

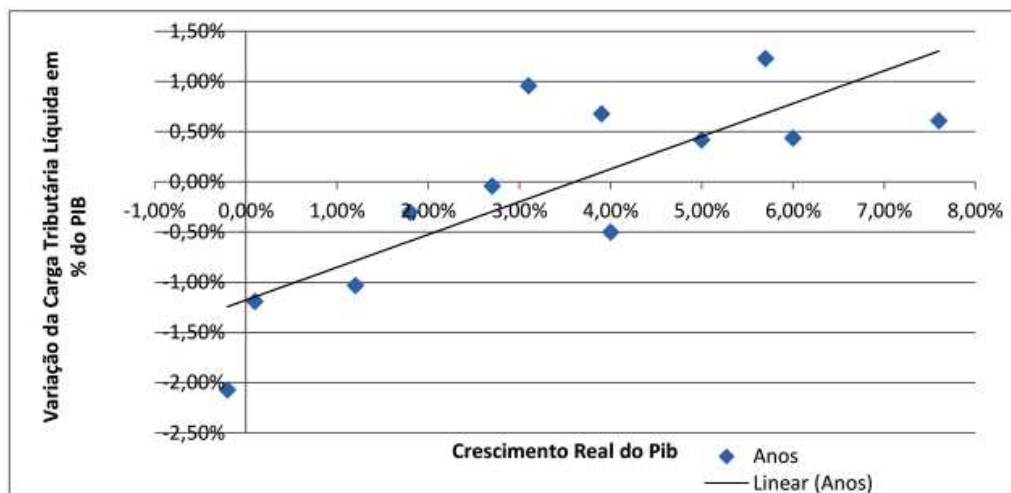


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Secretária de Política Econômica (2015).

De acordo com Lopreato (2002), um dos empecilhos para o crescimento econômico é o aumento da carga tributária bruta, porém, ao analisar a carga tributária líquida, existe uma correlação positiva entre crescimento em pontos percentuais da carga tributária líquida em (%) do PIB e o crescimento real do PIB, o gráfico 3 ilustra tal relação.

Ao analisar o gráfico 3, fica explícito que quanto maior o aumento da carga tributária líquida, maior o poder de financiamento dos gastos correntes do governo e, conseqüentemente, maior será o crescimento do PIB via estímulo da demanda agregada. Porém, nota-se conforme os gráficos 2 e 3 que nos últimos anos a carga tributária líquida está diminuindo e afetando o poder de financiamento dos gastos correntes do governo, afetando o nível de crescimento econômico.

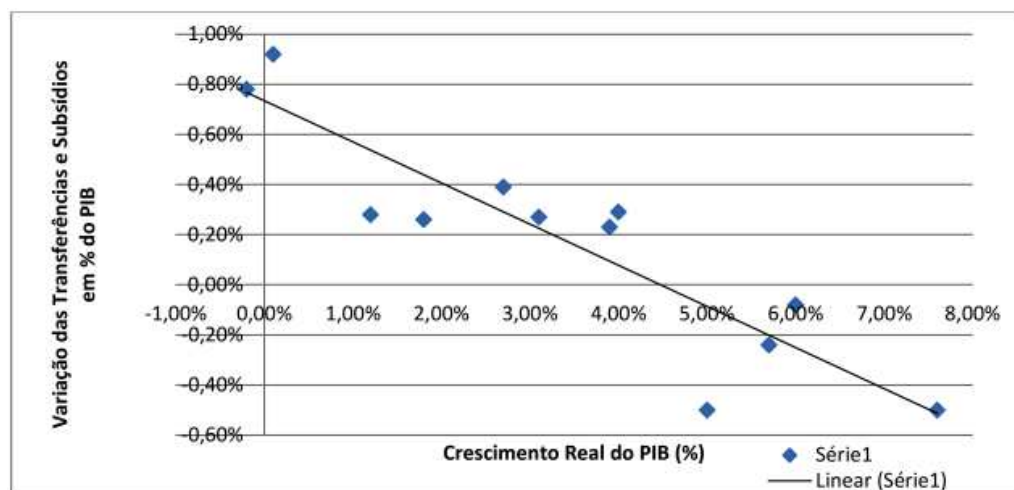
Gráfico 3. Relação carga tributária Líquida e PIB – 2003 a 2014



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Secretária de Política Econômica e do FMI (2015).

Como evidenciado anteriormente, um dos fatores que contribuem para a desaceleração do PIB é a diminuição da participação da carga tributária líquida e essa está relacionada ao aumento da participação das transferências e subsídios vinculados ao governo central, como mostra o gráfico 4. Nota-se a existência de uma correlação negativa entre o aumento das transferências e subsídios e a diminuição do crescimento do PIB.

Gráfico 4. Relação das Transferências e Subsídios e PIB – 2003 -2014



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Secretária de Política Econômica e do FMI (2015).

Com a finalidade de complementar esta investigação, o próximo capítulo apresenta uma análise quantitativa dos efeitos do aumento da carga tributária bruta, através das receitas do governo central brasileiro, sobre o índice de liberdade econômica.

4 O impacto do aumento da carga tributária no índice de liberdade econômica: uma análise de 1995 a 2016

A liberdade econômica é o direito fundamental de cada ser humano para controlar o seu próprio trabalho e propriedade. Em uma sociedade economicamente livre, as pessoas são livres para trabalhar, produzir, consumir e investir em qualquer forma que quiserem. Nas sociedades economicamente livres, os governos permitem que trabalho, capital e bens de se movam livremente e se abstêm de coação ou restrição da liberdade além do que é necessário para proteger e manter a própria liberdade. Atualmente, presencia-se a época mais próspera da história humana, pobreza, doenças e ignorância estão retrocedendo em todo o mundo devido ao avanço da liberdade econômica (HERITAGE FOUNDATION, 2016).

As investigações que avaliam o grau de liberdade das nações denotam este termo como a necessidade de autorregulação, ou seja, a capacidade de uma nação restabelecer a ordem sem a específica necessidade da intervenção governamental. Este conceito é baseado na concepção de que em sociedades economicamente livres, a principal função do Estado é proteger o direito de propriedade e a provisão de bens públicos. Nesse sentido, o uso do poder estatal para decidir o que produzir e o que consumir viola a liberdade econômica. (GHEVENTER, 2004).

Assim, algumas nações objetivam destinar maior autonomia econômica para seus agentes, contudo a ausência de eficientes organismos reguladores de mercado, em um ambiente de elevada liberdade econômica, pressupõe o enfraquecimento dos mecanismos de controle estatais (GHEVENTER, 2004).

O uso do poder estatal para decidir o que produzir e o que consumir viola a liberdade econômica. Uma maior eficácia das ações governamentais representa o controle mais efetivo do poder privado, bem como das pressões advindas do próprio Estado, que tendem a ameaçar a liberdade de produzir de outros agentes e restringem as opções dos consumidores. Com isso, autonomia significa desenvolver em uma nação a capacidade de se restabelecer com a ausência de intervenções governamentais (GHEVENTER, 2004).

O índice de liberdade econômica é formulado com base em 10 fatores quantitativos e qualitativos agrupados em quatro grandes categorias: I) direito de propriedade; II) liberdade fiscal; III) liberdade comercial; e IV) liberdade financeira. Cada um dos dez fatores é classificado em uma escala de 0 a 100, sendo quanto mais próximo de 100, maior será a liberdade destinada ao segmento. A pontuação global é derivada da média dos dez índices com igual importância a cada um (HERITAGE FOUNDATION, 2016).

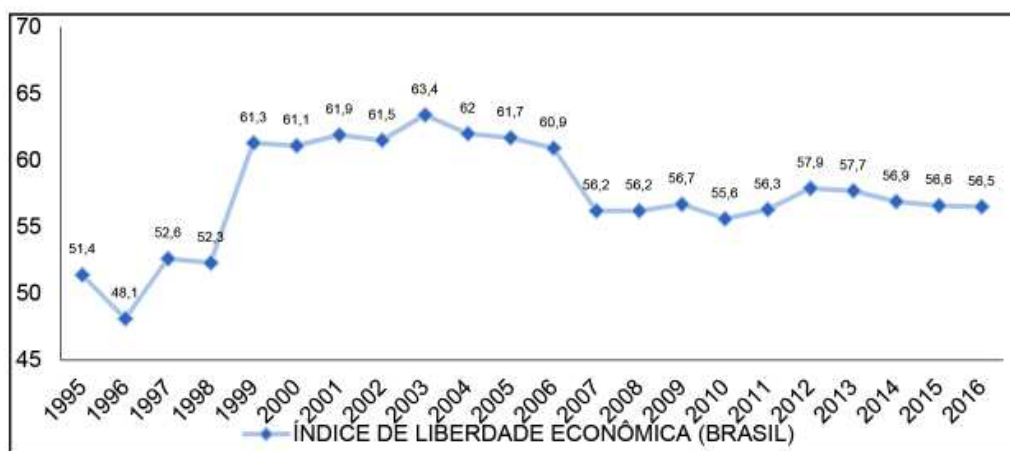
Desta forma, o presente artigo mensura a liberdade econômica pautando-se num índice desenvolvido pela Fundação Heritage e propõe quantificar estatisticamente um índice para medir a liberdade econômica, nos quais são agrupados em categorias: I) liberdade de negócios; II) liberdade de comércio; III) liberdade fiscal; IV) gastos governamentais; V) liberdade

monetária; VI) liberdade de investimento; VII) liberdade financeira; VIII) direito de propriedade; IX) liberdade da corrupção e; X) liberdade de trabalho.

A fundação defende que o desenvolvimento humano está intimamente interligado com o desempenho econômico, quanto maior o PIB *per capita*, mais os países são livres economicamente e, conseqüentemente, possuem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior, indicador desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ligado à ONU, e é utilizado como medida de bem-estar, pois se trata de um índice mais completo, uma vez que além da renda per capita, inclui indicadores sociais como expectativa de vida e nível de alfabetização (VASCONCELLOS e GARCIA, 2014),

Portanto, a Fundação associa a liberdade econômica com a maior renda per capita e considera a aceleração do processo econômico e social. O gráfico 5 demonstra a relação do Índice de Liberdade Econômica do Brasil para os anos de 1995 a 2016.

Gráfico 5. Índice de Liberdade Econômica do Brasil – de 1995 a 2016



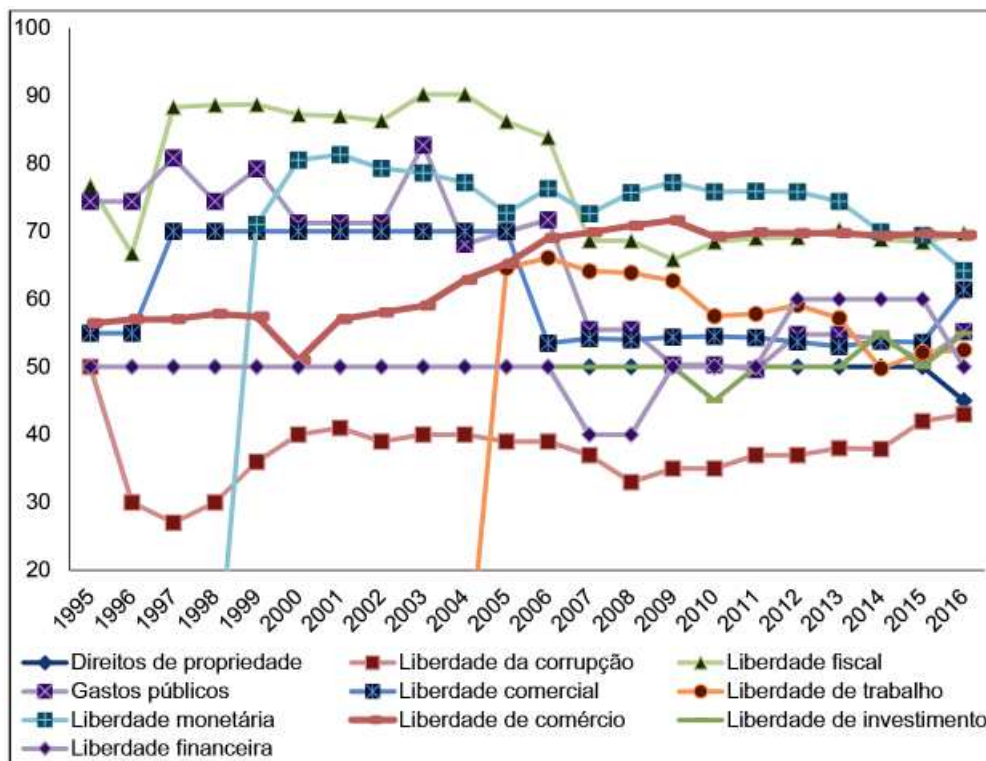
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Heritage Foundation (2016).

O gráfico 5 possibilita uma análise consistente acerca do Índice de Liberdade Econômica no Brasil, constata-se um significativo aprimoramento, principalmente dentre os anos de 1999 a 2006, onde chegou a alcançar 63,40 pontos em 2003. Contudo, logo em 2007 observa-

se uma drástica redução neste índice, o qual se reduziu para 56,20 pontos e nesse nível permanece. As dificuldades na recuperação da liberdade econômica podem ser explicadas por meio da crise internacional iniciada em 2007, bem como na crise econômica e política instaurada no país em 2014 e com fortes reflexos ainda em 2016.

A fim de elucidar os motivos para este comportamento, a análise a seguir demonstra a relação dos dez indicadores utilizados para formação do Índice de Liberdade Econômica. Devido à alteração metodológica no período, os indicadores de liberdade de trabalho e liberdade comercial apresentaram defasagens amostrais. No entanto, através do gráfico 6, pode-se observar detalhadamente o comportamento de cada variável, ressalta-se ainda, que a maioria das variáveis analisadas pelo índice apresentou um comportamento positivo.

Gráfico 6. Índice de Liberdade Econômica do Brasil – de 1995 a 2016



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Heritage Foundation (2016).

Porém, constata-se um comportamento inverso na liberdade fiscal, esta demonstrou uma relação negativa, o qual em 1998 e 1999 atingiu picos de 88 pontos e, atualmente, encontra-se em 69 e 70 pontos. Isso indica uma redução da renda pessoal disponível, que se retrata o quanto da renda inicialmente obtida fica efetivamente em poder das famílias para utilizar na compra de bens e serviços, ou então poupar (VASCONCELLOS e GARCIA, 2014).

Esse fato ocorreu devido à promulgação da Constituição Federal de 1988, onde houve fortalecimento da capacidade tributária dos próprios governos estaduais e municipais, que ocasionou um significativo aumento na tributação do país, com elevação centrada nas contribuições sociais de natureza cumulativa, contrárias à competitividade e desfavoráveis às cadeias produtivas longas (DAVI, J., et al, 2011). O fato é que o constante empenho do governo em aumentar suas receitas tem ocasionado graves perdas à população.

5 Procedimentos metodológicos

A análise a seguir, trata-se de uma regressão linear múltipla com base no Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), que de acordo com Gujarati (2011) possui propriedades estatísticas extremamente atraentes, que o tornou um dos métodos de análise de regressão mais difundidos.

A base de dados utilizada é uma série temporal e anual sobre o período de 1999 a 2015. A variável dependente selecionada para retratar a liberdade econômica foi o Índice de Liberdade Econômica, extraídos da Heritage Foundation. A variável independente (metodológica de cálculo econométrico) é: (I) Receita total do governo central, coletada do Banco Central (BACEN). Desta forma, a equação 1 demonstra o modelo obtido pelo método MQO.

Equação 1 – Métodos dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)

$$\hat{Y} = \beta_1 + \beta_2 X_2 + \mu$$

Onde: \hat{Y} retrata a variação do Índice de Liberdade Econômica, o 'X' é a variável explicativa, os β s são os parâmetros e " μ " o resíduo. A variável

explicativa selecionada é o resultado primário do governo central, receita total em u.m.c. (milhões).

Com a finalidade de facilitar a interpretação dos resultados, todas as séries de dados estão em logaritmo natural (Ln) e serão representadas para o Índice de Liberdade Econômica como \ln ile e para as receitas do governo como \ln receita. A tabela 1 relata um resumo dos dados da regressão.

6 Resultados e Discussões

Por meio do valor da Prob > F encontrado na tabela 1, rejeita-se H_0 , isto é, rejeita-se que todos os coeficientes angulares são simultaneamente iguais a zero. No que se refere ao R^2 , o valor encontrado com a regressão indica que a variável independente selecionada para o modelo possui alto poder explicativo, uma análise mais concisa se dá por meio do R^2 ajustado, este valor infere que as oscilações da receita do governo explicam 59,48% da oscilação do Índice de Liberdade Econômico.

Tabela 1. Resumo dos dados da regressão

Nº Obser	Teste F	Prob > F	R^2	R^2 Ajustado		
15	24,49	0	0,6201	0,5948		

VARIÁVEL	Coef	Erro padrão	Teste t	P> t	[Intervalo de Confiança (95%)]	
\ln receita	0,01991	0,00402	4,95	0	0,02849	0,01133

De acordo com Gujarati (2011), a finalidade deste indicador está em medir a qualidade do ajustamento da equação de regressão, isto é, fornecer a proporção percentual da variação total da variável dependente, que é explicada pelas variáveis independentes.

O valor elevado encontrado para o teste de significância dos coeficientes de regressão (teste t), superior a $|2|$, bem como os valor do *p-value*, próximos de zero, indica que a variável independentes escolhida para este modelo possui alta significância estatística, de acordo com Gujarati (2011), um valor $|t|$ elevado é uma evidência que há significância no poder de explicação das variáveis do modelo.

Constata-se que o comportamento deste indicador está de acordo com os fundamentos teóricos apresentados nas seções anteriores, isto é, apresenta o comportamento esperado em relação às receitas do governo. No tocante à variável lnreceita, verifica-se que um aumento na ordem de 1% ocasionará, em média, uma redução de 0,019% na variável lnile.

5 Considerações finais

O presente estudo contribuiu significativamente para o desenvolvimento das teorias acerca do grau de intervencionismo no Brasil. Alcançou-se o objetivo proposto de investigar os reflexos das intervenções estatais no âmbito da política fiscal e verificar o impacto no índice de Liberdade Econômica. Foi constatado que o Brasil possui uma característica de nação intervencionista desde o início da primeira república. Contatou-se que diversos foram os impactos positivos gerados por estas intervenções, pois proporcionou rápida resposta às crises internacionais. Contudo, em alguns momentos as intervenções realizadas pelo Estado foram negativas e causaram declínio ainda maior na economia.

O estudo ainda verificou e comparou a política fiscal através da análise do resultado primário em relação ao PIB, notou-se que a partir de 2004 até 2013 houve superávits primários decrescentes e em 2014 e 2015 o Brasil obteve déficits primários, atingindo -2,0% no último ano. Ainda sobre a política fiscal, o trabalho investigou o comportamento da carga tributária bruta em relação ao PIB, que se mostrou ascendente entre 2002 (32,16%) a 2014 (33,47%), bem como constatou que o comportamento decrescente da carga tributária líquida em relação ao PIB, que em 2002 era 18,18% e passou para 17,39% em 2014. Tal redução ocorreu devido ao aumento das Transferências para a Assistência e Previdência Social e Subsídios em relação ao PIB entre 2002 (13,98%) a 2014 (16,08%).

De forma complementar, desenvolveu-se uma análise que considera o Índice de Liberdade Econômica, da Heritage Foundation. Nota-se um aprimoramento significativo entre os anos de 1999 a 2006, porém, esse resultado não se manteve na mesma perspectiva nos anos posteriores. Dentre as dez variáveis que compõem este indicador, nota-se que grande

parte apresentou comportamento positivo, mas na variável Liberdade Fiscal o comportamento foi inverso, o qual em 1998 e 1999 atingiu picos de 88 pontos (alta liberdade) e, atualmente, encontra-se em aproximadamente 69 pontos.

Por meio dos resultados da análise de Regressão Linear Múltipla apurou-se que é grande o impacto das receitas fiscais sobre o índice de Liberdade Fiscal. Assim, verificou-se que as oscilações das receitas fiscais explicam 59,48% das oscilações do Índice de Liberdade Econômica e um aumento na ordem de 1% das receitas do governo ocasionará uma redução de 0,019% neste indicador.

Portanto, o trabalho contribuiu com a discussão acerca da intervenção do Estado na economia, pois além apresentar uma análise acerca da política fiscal nos últimos anos, demonstrou o efeito do aumento da carga tributária no declínio do Índice de Liberdade Econômica. Porém, os resultados apresentados demonstram que são necessárias análises complementares com a finalidade de buscar alternativas de intervenção estatal no âmbito fiscal que possam auxiliar na gestão tributária e, conseqüentemente, aumentar a eficácia das intervenções do Estado.

Referências

ABREU, M. de P.. *et al.* **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALMEIDA, B. M. dos A. **Política fiscal e a coordenação de políticas macroeconômicas**: a dinâmica da dívida pública e o modelo brasileiro de gestão fiscal. 2014.(Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <<http://tede.ufsc.br/teses/PCNM0269-D.pdf>> 2014. Acesso em: 01 mar 2017.

Banco Central do Brasil (BACEN). Disponível em:<<https://www3.bcb.gov.br/sgspub>>. Acesso em: 01 mar 2017.

DAVI, J., et al. Carga tributária e política social: considerações sobre o financiamento da Seguridade Social. In DAVI, J., MARTINIANO, C.;

PATRIOTA, LM. **Segurança social e saúde: tendências e desafios**. 2 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

FROYEN, R.T; **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Fundo Monetário Internacional. Disponível em: < <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php> >. Acesso em: 29 fev. 2016.

GHEVENTER, A. Política antitruste e credibilidade regulatória na América Latina. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 335-363, 2004.

GIAMBIAGI, F; VILLELA, A. **Economia brasileira e contemporânea (1945-2010)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GREMAUD, A. P; VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia brasileira e contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2005.

GUJARATI, D. N.; Porter, Dawn C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

LOPREATO, F. L. C. Um olhar sobre a política fiscal recente. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 279-304, jul./dez. 2002.

LOPES, L. M; VASCONCELLOS, M.A. S. **Manual de Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MANKIW, N. G; **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2015.

MOREIRA, T. B. S.; SOARES, F. A. R. **Política Fiscal e a Crise Econômica Internacional**. Disponível em < http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XVPremio/politica/1pfceXVPTN/Tema_3_1.pdf > 2010. Acesso em: 01 mar 2017.

The Heritage Foundation. **Sobre Fundação Heritage**. Disponível em: < <http://www.heritage.org/about/> >. Acesso em: 01 mar 2017.

The Heritage Foundation. **Sobre o índice**. Disponível em:<<http://www.heritage.org/index/about>>. Acesso em: 01 mar 2017.

The Heritage Foundation. **Explorar dados**. Disponível em:< <http://www.heritage.org/index/explore> >. Acesso em: 01 mar 2017.

VASCONCELLOS, M.A. S; GARCIA, M.E. **Fundamentos de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Secretária do Tesouro Nacional. Disponível em: < <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/resultado-do-tesouro-nacional?> >. Acesso em: 01 mar 2017.

Secretária de Política Econômica. Disponível em: < <http://www.spe.fazenda.gov.br/carga-tributaria-liquida>>. Acesso em: 01 mar 2017.

WEBER, M. **Ciência e Política: Duas Vocações**. 10.ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 2000.p.17.

FRANCO, G. H. B.; LAGO, L. A. C. A Economia da República Velha, 1889-1930. **Texto para discussão** Nº. 588. 2011. Disponível em: < <http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td588.pdf> >. . Acesso em: 01 mar 2017.